

MPV 571

00456

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 04 06 12 às 19h20  
Valéria / Mat. 48957



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
(DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO - PT/MG)

**Emenda a MP 571 de 2012**

**Tipo de Emenda:**

<b>Aditiva</b>	<b>x</b>	<b>Supressiva</b>		<b>Modificativa</b>	
----------------	----------	-------------------	--	---------------------	--

**Dispositivo Emendado**

<b>Artigo</b>	<b>41</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>7º</b>	<b>Incisos</b>		<b>Alínea</b>	
---------------	-----------	------------------	-----------	----------------	--	---------------	--

**Acrescente-se ao artigo 41 da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, o seguinte parágrafo:**

§ 7º a contratação do pagamento por serviços ambientais rurais terá como prioridade os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, definidos nos termos da Lei n. 11.326/2006.

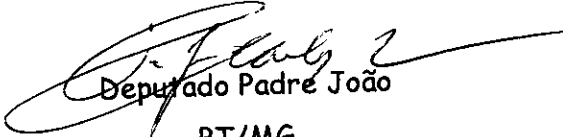
**Justificativa**



O pagamento por serviços ambientais, além do objetivo de indenizar o proprietário pela preservação da propriedade em função do interesse transindividual ao meio ambiente, deve ter também como objetivo, ao transferir recursos públicos, monetários ou não monetários, garantir a sobrevivência econômica daqueles que ajudam a conservar ou produzir tais serviços.

Sob esta ótica, os agricultores familiares nos termos da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, são responsáveis pela preservação 8.119.041 hectares de Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, o que corresponde a 10% da área total ocupada por estes agricultores, o que evidencia a necessidade do Estado garantir condições econômicas para preservação e incentivo à recuperação ambiental em mais de 4 (quatro) milhões de estabelecimentos rurais.

Sala da Comissão, 04 de junho de 2012.

  
Deputado Padre João  
PT/MG

